

Senado e Câmara iniciam diálogo por agenda conjunta

A busca de um entendimento em torno do exame de 885 vetos presidenciais e das mudanças nas regras para tramitação de medidas provisórias deve marcar as reuniões dos presidentes do Senado e da Câmara com líderes partidários de ambas as Casas, hoje e amanhã. **Página 5**

Oposição admite lutar por CPI exclusiva do Senado

O líder do DEM, José Agripino, admitiu a possibilidade de a oposição optar por uma CPI composta de senadores para investigar os cartões corporativos. A líder do PT, Ideli Salvatti, disse que a presidência e a relatoria da CPI mista devem ficar com os maiores partidos. **Página 7**

Relator diz onde vai cortar gastos no Orçamento de 2008

O relator-geral do projeto de Orçamento da União para 2008, José Pimentel, pretende apresentar amanhã a lista dos projetos e programas que sofrerão cortes, no valor total de R\$ 12,26 bilhões, para compensar a perda de arrecadação provocada pelo fim da CPMF. **Página 8**

Lucy Amorim/Flickr

Fórum busca metas para um planeta menos poluído

Auditório do Itamaraty recebe, a partir desta manhã, 130 parlamentares das oito nações mais desenvolvidas e das cinco principais em desenvolvimento. Objetivo é definir metas de redução das emissões de gases poluentes. **Página 6**

O impacto das mudanças climáticas sobre o planeta e a redução da emissão de gases poluentes vão ser discutidos até sexta-feira

Pauta tem oito emendas à Constituição

Os senadores devem analisar hoje oito propostas de emenda à Constituição, como parte de uma pauta de 34 itens. Duas PECs estão prontas para votação em primeiro turno: a que trata de recursos para irrigação e a que determina que os vetos presidenciais sejam examinados separadamente no Senado e na Câmara. As outras seis propostas iniciam a fase de discussão. As atividades da semana prometem ser intensas nas comissões. A de Assuntos Econômicos realiza hoje sua primeira reunião do ano, com pauta de 11 itens. A de Educação debate a TV Pública. **Página 3**

Moreira Mariz



Plenário examina também habitação para mulheres

Segundo Romeu Tuma, autor do requerimento da sessão, iniciativa do príncipe regente dom João VI foi fundamental para o começo da construção das bases econômicas do Brasil

Senado comemora quinta-feira 200 anos da abertura dos portos

Os senadores reúnem-se na quinta-feira, em sessão especial marcada para as 10h, em comemoração dos 200 anos da abertura dos portos do Brasil. O decreto que autorizou a medida foi assinado em 28 de janeiro de 1808, data que marca o início da construção do Brasil como Estado soberano, na avaliação do senador Romeu Tuma (PTB-SP), ao justificar sua proposta para a comemoração.

São convidados para a reunião, por sugestão de Tuma, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid. A abertura dos portos brasileiros foi decretada

pelo príncipe regente dom João VI quando se transferia para o país com a família real, fato que o senador analisa como fundamental para o começo da construção das bases econômicas da futura emancipação.

– Trata-se de uma data importantíssima para ser lembrada e destacada, é o marco do desenvolvimento econômico nacional – diz Tuma na justificação do requerimento da sessão.

O professor de História Contemporânea da Universidade de Brasília (UnB) e consultor legislativo do Senado Antônio José Barbosa lembrou que dom João VI decidiu mudar a capital

do reino para o Brasil ao tomar conhecimento de que as tropas francesas de Napoleão Bonaparte avançavam pelo interior de Portugal em direção a Lisboa.

– A transferência do Estado português para o Brasil modifica fundamentalmente as condições de vida na colônia. A primeira decisão tomada por dom João VI, antes mesmo de chegar à capital, no Rio de Janeiro, foi assinar o decreto de abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional. Na prática, isso significou que o Brasil deixou de ser colônia naquele momento, sob o ponto de vista econômico – afirmou Antônio José Barbosa.

Suplicy vai relatar aos senadores da CRE viagem que fez ao Iraque

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se na quinta-feira, a partir das 10h, para ouvir o relato do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) a respeito de viagem que fez a Bagdá, capital do Iraque, nos dias 16 e 17 de janeiro último. O senador viajou a convite da Assembléia Nacional iraquiana.

Em Bagdá, Suplicy manteve encontro com várias autoridades e proferiu palestras sobre a viabilidade de adoção, no Iraque, de sua principal bandeira: o programa Renda Básica de Cidadania. O programa, também conhecido como Renda Mínima, tem por meta garantir aos mais pobres

uma ajuda financeira para a sua sobrevivência.

A lei que instituiu o programa no Brasil (Lei 10.835/04) estabelece que a medida será implantada passo a passo, começando pelos segmentos mais pobres, a exemplo do que ocorre atualmente com o programa Bolsa Família, até o dia em que todos os brasileiros tenham o mesmo direito.

Eduardo Suplicy vai ler para os senadores da comissão um relato de 11 páginas, intitulado *Uma Renda Básica para Democratizar e Pacificar o Iraque*. O senador conta que esteve, por mais de uma hora, com o ministro do Planejamento iraquiano, Ali Ghalib



Leopoldo Silva

Suplicy sugeriu a ministro iraquiano a adoção do Renda Mínima no país árabe

Baban. Suplicy disse que tentou convencer o ministro sobre a racionalidade de adoção do Renda Mínima no Iraque.

No relato, o parlamentar paulista também vai informar aos colegas que, durante os dois dias em que permaneceu em Bagdá, não viu qualquer sinal de violência.

Fim do isolamento comercial

Decretada em 28 de janeiro de 1808 pelo príncipe regente dom João VI, mediante carta régia, durante sua estada na Bahia, a abertura dos portos do Brasil marcou o fim do pacto que obrigava a colônia a fazer negócios apenas com Portugal. A decisão teve, entre outros, os seguintes reflexos:

- Quebra do isolamento da colônia
- O Brasil passa a importar e exportar produtos para outros países, principalmente para a Inglaterra
- O Rio de Janeiro se torna porto de entrada dos produtos manufaturados ingleses com destino ao país e ao rio da Prata
- Construção e melhoria dos portos marítimos
- Melhoria das condições econômicas dos proprietários rurais
- Economia brasileira ganha novo fôlego
- Criação de condições políticas para a independência do Brasil



Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Uma das matérias da ordem do dia da sessão deliberativa de hoje, às 14h, é a proposta de emenda à Constituição que altera prazo e forma de aplicação de recursos na irrigação. A pauta contém 34 itens.

CE discute criação da TV Pública

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social reúnem-se às 10h, em audiência, para discutir a criação da TV Pública. Estão convidados para o debate, entre outros, a diretora-presidente da Empresa Brasil de Comunicação, Tereza Cruvinel, e o presidente-executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura, Alexandre Annenberg.

Presidência

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, recebe às 9h30 o embaixador da Itália, Michele Valensise; às 11h, participa da reunião de líderes do Senado; às 15h, recebe o deputado Darcísio Perondi e, às 16h, preside a sessão plenária.

Folga de trabalhador

Às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos analisa mensagens sobre programação monetária e contratação de crédito. Outro item da pauta autoriza todo trabalhador a faltar ao serviço um dia por ano para tratar de assuntos pessoais.

Preços diferenciados

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle examina, às 11h30, projeto que permite a fixação de preço diferenciado de bens ou serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes e Mão Santa

Criação da TV Pública é discutida em duas audiências

A instituição da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para gerir a Rede Nacional de Comunicação Pública – a TV Pública – está em debate em duas audiências públicas. A primeira delas ocorre hoje, às 10h, promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, que funciona no âmbito da CE; a outra reunião de debates será amanhã, a partir das 9h, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com a presença, entre outros convidados, do ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin de Souza Martins.

A audiência pública na CE foi requerida pelos senadores Raimundo Colombo (DEM-SC) e Marisa Serrano (PSDB-MS) para debater a criação da Empresa Brasil de Comunicação e, especialmente, a TV Pública – a EBC é gestora da TV e também dos serviços de rádio e internet. Para esse debate estão convidados a diretora-presidente da EBC, Tereza Cruvinel; o presidente-executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg; e o vice-presidente da TV Bandeirantes e consultor jurídico da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), Walter Vieira Ceneviva. Participarão ainda do evento o diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Flávio Cavalcanti Júnior; e o presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Oscar Maurício de Lima Azedo.

Na CCT

Tereza Cruvinel também participará da outra audiência pública, na CCT. Nessa reunião, os senadores deverão contar ainda, para discutir o assunto, com a presença do ministro Franklin Martins e com representantes da EBC – a diretora de Jornalismo, Helena Chagas, e o diretor de Programação, Leopoldo Nunes Filho –, além do consultor jurídico do Ministério das Comunicações Marcelo Bechara. A iniciativa para esse debate é do presidente da CCT, senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

A Empresa Brasil de Comunicação, autorizada pela MP 398/07, foi criada em 25 de outubro de 2007.

Estão prontas para decisão propostas que tratam de recursos para irrigação e determinam que vetos presidenciais sejam examinados separadamente no Senado e na Câmara



Senadores examinam projetos como o que estabelece programa habitacional voltado às mulheres de baixa renda

Plenário debate oito propostas para alterar a Constituição

Na sessão deliberativa de hoje, marcada para as 14h, os senadores devem analisar oito propostas de emenda à Constituição (PECs), que integram pauta de 34 itens. Duas dessas PECs terão votação em primeiro turno: a que dispõe sobre recursos para irrigação (48/03) e a que determina que vetos presidenciais sejam apreciados separadamente no Senado e na Câmara (57/05). As outras seis propostas cumprem a primeira sessão de discussão em primeiro turno.

Consta ainda da pauta substitutivo a projeto da Câmara (PLC 12/00) que estabelece programa habitacional voltado às mulheres com responsabilidade de sustento da família. A agenda das demais sessões deliberativas da semana está condicionada ao andamento da pauta de hoje e de possível chegada de medidas provisórias à Casa.

A TV Pública, instituída por medida provisória em outubro do ano passado, será tema de duas audiências públicas esta semana, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e na Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social e, em outra reunião, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Além desse debate, as demais comissões reúnem-se para deliberar sobre diversas matérias.

Hoje, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza sua primeira reunião do ano, às 10h. A pauta de 11 itens da CAE inclui projeto de lei da Câmara que fixa limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas destinadas à pintura de paredes e ao uso escolar (PLC 01/07). O relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentou voto favorável à matéria, com emendas.

Também hoje, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa, em decisão terminativa, projeto do senador Expedito Júnior (PR-RO) que prevê a inclusão de artigos no Código de Defesa do Consumidor, definindo multa ao fornecedor que descumprir prazo estipulado para entrega de produto e serviço (PLS 499/07). A CMA analisa ainda outras seis proposições.

Suplentes

Para amanhã, estão previstas reuniões das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Educação, Cultura e Esporte, de Assuntos Sociais (CAS) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Conforme decidido na última reunião da CCJ, a comissão deverá deliberar sobre as regras para a escolha de

suplente de senador. Na agenda constam ainda outras 20 matérias e a reunião do colegiado terá início às 10h. No mesmo horário, a CE vota a indicação de Sérgio Sá Leitão para a direção da Agência Nacional do Cinema (Ancine).

Também amanhã, às 11h, a CAS vota projeto que determina a realização obrigatória de exames de acuidade visual e auditiva nas escolas públicas (PLC 52/03). A matéria tem tramitação conjunta com outras cinco proposições. Ainda às 11h, a CRA vota projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR)

Comissões permanentes dedicam-se a votação de projetos e audiências públicas sobre diversos temas

que cria o Fundo de Aval para Proteção ao Crédito Rural (PLS 303/07). Conforme argumenta o autor, na justificativa da matéria, o projeto visa sanar dificuldades de falta de garantias dos produtores nas operações de financiamento. O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apresentou parecer favorável à proposta. Constam ainda da pauta da CRA outras seis proposições.

Na quinta-feira, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresenta à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) relato sobre viagem que realizou ao Iraque, em janeiro deste ano, a convite da Assembléia Nacional do país.

Plano privado de saúde pode oferecer cobertura reduzida

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examinará na reunião de amanhã, a partir das 11h, projeto de lei da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que permite a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas. A proposta, que tramita em conjunto com outras três proposições sobre o mesmo tema, foi analisado na reunião da última quarta-feira, quando o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) pediu vista da matéria.

O relator das proposições, Augusto Botelho (PT-RR), apresentou substitutivo englobando pontos dos quatro projetos – PLSs 277/04, 44/04, 187/02 e 113/06. Ele disse estar, há mais de um ano, debatendo seu parecer com várias entidades.

Além da possibilidade de oferecer coberturas reduzidas dos planos de saúde, o substitutivo prevê a obrigatoriedade de os planos oferecerem medicamentos utilizados na forma de medicação assistida, sob prescrição médica, bem como a oferta de regime familiar de cobertura.

Prevenção

Na mesma reunião, a CAS deverá analisar projeto de lei que determina a obrigatoriedade de exames preventivos de acuidade visual e auditiva nos alunos de estabelecimentos públicos de ensino fundamental.

A proposta é originária da Câmara dos Deputados (PLC 52/03) e tramita em conjunto com mais cinco projetos de lei – PLC 99/03 e PLSs 237/03, 504/03, 80/04, 240/07 –, com exigências de exames específicos para detecção de problemas em recém-nascidos e crianças em idade escolar.

O relator, Papaléo Paes, defendeu programas de registro, controle e assistência integral aos portadores de fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, fibrose cística e hemoglobinopatias.

Para Flávio Arns (PT-PR), o aconselhamento genético poderia ser mais abrangente, operacionalizando uma verdadeira revolução nessa área.

A pauta da comissão inclui, ainda, três requerimentos de audiência pública; a primeira sobre impacto do salário mínimo na renda dos aposentados, a segunda para instruir o projeto de lei que regulamenta a profissão de economista (PLS 658/07) e uma terceira sobre cobertura de atendimentos à saúde mental nos planos de saúde.

Senador indagou por que a popularidade do presidente da República subiu para 65% apesar das denúncias de mau uso dos cartões corporativos por seu governo

Simon lamenta a diminuição da credibilidade do Legislativo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) citou pesquisa CNT/Sensus, realizada a pedido de empresários do setor de construção de estradas, que coloca o Congresso Nacional como a pior instituição em relação à credibilidade popular. O Poder Legislativo federal, que na pesquisa anterior já era a instituição com a qualificação mais baixa, obtendo 1,1%, caiu para 0,5% na atual, informou o senador. Em contrapartida, afirmou Simon, a credibilidade do presidente Lula aumentou para mais de 65%.

– Por que o Congresso Nacional tem uma credibilidade tão pequena e o que leva o presidente Lula, no auge do debate do chamado cartão corporativo, que envolve a figura do presidente da República, a estar com a credibilidade popular lá em cima? – indagou.

Simon disse estar impressionado com o noticiário do fim de semana, segundo o qual o governo negocia cargos no setor elétrico em troca de apoio na comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigará o uso dos cartões corporativos, ainda não instalada.

– Isso é de uma humilhação, de um ridículo atroz, mais que tudo o que se possa imaginar. Isso deixa mal meu partido, o PMDB – ressaltou Simon, insistindo em



Para Simon, CPI dos Cartões Corporativos “não pode ser um desafio entre PT e PSDB”

dizer que jamais foi chamado para negociar cargo.

Disputa

O parlamentar pediu à imprensa que pare de noticiar a disputa entre o senador José Sarney e a chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff, em torno da nomeação para cargos no governo. Em entrevista publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, destacou Simon, Sarney diz não ter indicado qualquer nome ao governo e que é amigo da ministra.

– Então vamos tirar das manchetes que os cargos e a ação da CPI vão depender dos presidentes da Eletrobrás e da Eletronorte – afirmou, criticando noticiário de que há cobrança para nomeação de um indicado do deputado Jader Barbalho para um dos cargos.

Simon lembrou que Jader renunciou à Presidência do Senado “em uma situação muito complicada” e responde a três processos na Justiça.

O senador também destacou a crítica de Sarney, na entrevista, ao governo Lula, que, segundo o ex-presidente da República, “falha ao não se esforçar para fazer a reforma política”.

– Não é fácil, mas aqui está um assunto em que eu concordo plenamente com o presidente José Sarney – disse.

Simon afirmou que “a CPI não pode ser um desafio entre PSDB e PT para dizer quem errou mais e onde se errou mais”. Para ele, os dois partidos, assim como o PMDB, que integra o governo, não deveriam ficar nem com a presidência nem com a relatoria. Mas sugeriu o nome do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), para a relatoria.

– Jucá deveria ser o relator da comissão: foi líder do Fernando Henrique e é líder do Lula. Sabe tudo o que aconteceu nos dois governos.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) observou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota amanhã os projetos que tratam da situação dos suplentes.



Marco Maciel propõe que as mudanças não se restrinjam às normas jurídicas

– O Poder Legislativo, em nossos dias, malgrado o empenho do presidente Garibaldi Alves Filho, está sem agenda própria.

Os projetos vetados, acrescentou, já somam 164, atingindo 1.070 dispositivos. Desse total, 23 nem sequer foram lidos. Marco Maciel lembrou que existem matérias vetadas em 1994, embora a Constituição obrigue a apreciação de veto presidencial no prazo máximo de 30 dias.

Reforma deve chegar às práticas políticas, defende Marco Maciel

O senador Marco Maciel (DEM-PE) defendeu ontem uma reforma política abrangente. Ele disse que as mudanças que interessam ao país devem ir além das normas jurídicas, dispositivos legais e atos normativos, e chegar às instituições políticas, ao relacionamento entre os Poderes do Estado, à organização federativa e, principalmente, às práticas da cultura política.

– Quando me refiro às práticas, cito como exemplo o funcionamento do Poder Legislativo, no qual, de alguns anos até esta data, o formalismo dos atos se sobrepôs à relevância dos fatos – frisou.

Marco Maciel citou o caso das reuniões conjuntas das duas Casas do Congresso – Senado e Câmara –, que se circunscreve-

riam, “além de eventuais e episódicas sessões de homenagens, às anuais, de instalação das sessões legislativas, e à destinada a receber o compromisso do presidente e do vice-presidente da República a cada quadriênio, por ocasião de suas respectivas posses”. É preciso fortalecer as instituições, cobrou.

Marco Maciel também apontou a necessidade de se mudar o trâmite dos vetos presidenciais e das medidas provisórias, que nem sempre atendem aos pressupostos de relevância e urgência. Ele lembrou que tramitam atualmente na Câmara dos Deputados e no Senado 28 medidas provisórias, algumas delas trancando a pauta, o que impede o desenvolvimento normal dos trabalhos.

Sibá comemora crescimento da aprovação ao governo Lula

O senador Sibá Machado (PT-AC) celebrou os números da pesquisa que mostram a aprovação dos brasileiros ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao seu governo. Em seu entender, a pesquisa CNT/Sensus deve ser vista como um recado do povo para que Lula mantenha sua linha de atuação.

Sibá observou que, se forem reunidos os conceitos de ótimo, bom e regular, a aprovação ao governo chega a 85%. Somando os percentuais dos mesmos conceitos em relação ao presidente, chega-se a 66,8% de aprovação. O senador disse acreditar que nem o próprio Lula esperava desempenho tão bom. E a razão, disse, é que o presidente estaria enfrentando dificuldades para comunicar à população as realizações do governo por causa da atenção dada “a outros debates”.

– A população sabe discernir muito bem o que está acontecendo e, se vê problemas, quer que eles sejam tratados nos foros competentes – afirmou Sibá, para quem é hora de se olhar para o futuro do Brasil.

O parlamentar comentou a situação do país antes do go-



Resultado é recado para que o presidente mantenha sua atuação, avalia Sibá

verno Lula, para ele “um carro atolado, tentando cumprir à risca os manuais do Fundo Monetário Internacional”. De acordo com Sibá, o atual governo decidiu recusar um receituário falido, que teria quebrado o México e a Coreia do Sul.

O senador previu que o país continuará crescendo e, com os próximos resultados positivos, ficará credor, mas deve usar suas disponibilidades em projetos solidários para com os países mais pobres.

Sobre as críticas que ainda são feitas, apesar dos resultados positivos, Sibá respondeu:

– Não temos vara de condão.

Avaliação popular é a melhor desde o primeiro mandato, ressalta Ideli

A líder do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado, Ideli Salvatti (SC), comemorou ontem, em discurso no Plenário, os resultados da última pesquisa CNT/Sensus, que mostra avaliações positivas tanto do governo federal quanto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O resultado positivo para o governo, citou a senadora, subiu de 46,5% (em outubro de 2007) para 54,7%.

– Essa edição da pesquisa apresenta nada mais, nada menos do que a melhor avaliação do governo Lula desde a sua posse. E não é da sua posse do segundo mandato, não, é desde a sua posse em janeiro de 2003 – comentou Ideli.

A senadora celebrou também a avaliação pessoal do presidente Lula, que passou de 64,2% para 66,8%. Já a avaliação negativa do governo caiu de 16,5% para 13,7%, informou Ideli.

– Só é possível ter uma avaliação dessa magnitude, com essa avaliação extremamente favorável a um governo e a um governante, se efetivamente a vida das pessoas melhorou



Ideli: avaliação positiva só é possível se a vida das pessoas efetivamente melhorou

– avaliou a líder do PT.

Ideli Salvatti citou, ainda, os dados da pesquisa que mostram que a “expectativa de melhora” cresceu nos temas relacionados a emprego, renda mensal, saúde, educação e segurança pública.

– Acho que essa pesquisa é um belo recado. É um bom recado para nós, que damos sustentação ao governo, mas também para a própria oposição – disse a senadora.

A pesquisa, informou Ideli, foi realizada entre os dias 11 e 15 deste mês, com mais de 2 mil pessoas entrevistadas em 136 municípios brasileiros.



Lobão Filho anuncia desligamento do DEM e diz que seguirá caminho próprio

Lobão Filho vai apresentar PEC para eleição de suplente

Em seu primeiro discurso no Plenário, o senador Edison Lobão Filho (sem partido-MA) anunciou a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) instituindo a eleição direta para suplente de senador. Lobão Filho é suplente de seu pai, Edison Lobão, que se licenciou do Senado para assumir o Ministério de Minas e Energia.

Edison Lobão Filho também anunciou o seu desligamento formal do Democratas, dizendo que ainda não sabe em qual partido deverá se abrigar. Ele reclamou de ter sido acusado de haver cometido irregularidades em sua vida pública e creditou as acusações a "interesses contrariados".

O senador elogiou o pai, Edison Lobão, a quem substituiu no Senado, afirmando que pretende seguir caminho próprio na política.

– Não espero superar as virtudes tantas vezes aqui demonstradas. Espero, isto sim, contribuir com a força da minha juventude e inteligência para a realização dos sonhos de desenvolvimento do meu país e, principalmente, do Maranhão – destacou o senador, que defendeu a reforma política.

Sibá registra festa do PT no Acre

Ao discursar ontem em Plenário, o senador Sibá Machado (PT-AC) registrou a realização no último sábado, na capital do Acre, Rio Branco, de festa em comemoração aos aniversários de 28 anos do Partido dos Trabalhadores (PT) e de 50 anos da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Na ocasião, acrescentou o senador, também foi comemorada a posse dos novos dirigentes do PT no estado e nos municípios.

Exame de vetos presidenciais, novas regras para tramitação de medidas provisórias e CPLs pendentes de instalação no Congresso Nacional devem dominar a pauta de reuniões

Garibaldi, Chinaglia e líderes iniciam busca de pauta conjunta

A reunião de líderes da Câmara dos Deputados com os presidentes daquela Casa legislativa, Arlindo Chinaglia, e do Senado, Garibaldi Alves, inicialmente prevista para ontem, foi transferida para amanhã, quarta-feira. Às 11h de hoje, Arlindo Chinaglia participará da reunião de líderes do Senado, como parte de um esforço das duas Casas para agendar uma pauta conjunta de votação no Congresso Nacional.

Na última quinta-feira, Garibaldi e o presidente da Câmara anunciaram acordo para fazer, em parceria, modificações na proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador falecido Antonio Carlos Magalhães – já votada no Senado e em exame na Câmara – que muda as regras de tramitação das medidas provi-



Garibaldi busca acordo com a Câmara para acelerar votação dos vetos

sórias. Os deputados instalaram comissão especial para examinar a matéria e pretendem discutir com Garibaldi um mecanismo para permitir a participação de senadores nesse colegiado, a fim de agilizar a tramitação do texto quando este retornar ao Senado.

Ideli: fim da CPMF aumentou lucro das empresas

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), leu da tribuna trechos de artigo do professor Marcos Cintra, da Fundação Getúlio Vargas, publicado ontem no jornal *Folha de S. Paulo* sobre o fim da Contribuição Financeira sobre a Movimentação Financeira (CPMF). No levantamento feito pelo professor, ele conclui que a medida não baixou a inflação e que "é provável" que tenha contribuído para aumentar o lucro das empresas.

A senadora mencionou ainda que, em todos os setores pesquisados, a inflação de janeiro aumentou, "sem nenhuma exceção". Ideli lembrou que a oposição argumentava, na sua defesa contra a prorrogação da CPMF, que o imposto chegava a pesar até 2% no preço de alguns produtos.

– O fim da CPMF não baixou um tostão nos preços. Na verdade, a oposição fez uma reforma tributária ao avesso, pois tirou de pessoas pobres, que se beneficiavam dos programas patrocinados pela CPMF, e deu para quem tem dinheiro e movimentava contas bancárias – afirmou a líder do PT, que sugeriu aos senadores que convidem o professor Cintra para explicar os números do estudo.

Além da proposta de Antonio Carlos, os parlamentares deverão debater a questão dos 885 vetos presidenciais a decisões do Legislativo que estão à espera de deliberação. Na semana passada, o presidente do Senado afirmou que pretendia votar os vetos nesta quarta-feira. Entre eles, os mais polêmicos são os relacionados à recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O terceiro item da pauta conjunta das duas Casas é a análise de pedidos de comissões parlamentares de inquérito pendentes de instalação no Congresso Nacional e que necessitam de acordo político para que possam se materializar.



Paim sugere carga menor para setor produtivo e consumidor de serviços

Reforma tributária repara perda na área social, afirma Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse ontem, em Plenário, que a proposta de reforma tributária que o governo federal deverá enviar ainda nesta semana ao Congresso Nacional deverá ter dispositivos que visem compensar o Executivo da perda de R\$ 40 bilhões resultante do fim da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). O fato se justificaria, a seu ver, "porque o tributo cumpria também uma função social", particularmente na área da saúde.

No bojo da reforma, o parlamentar defendeu ainda a inclusão de mecanismos de redução da carga tributária para o setor produtivo e para o consumidor de serviços públicos.

Jonas Pinheiro tem morte cerebral

A morte encefálica do senador Jonas Pinheiro (DEM-MT) foi informada ontem por boletim médico divulgado às 15h pela Associação Médica Coronária de Cuiabá (Amecor).

Jonas Pinheiro, diabético há 23 anos, deu entrada no Amecor no último dia 10 deste mês, com parada cardiorrespiratória.

O boletim é assinado pelos cardiologistas e intensivistas Ubirajara Lupoli Barbosa e Gentil Farrath Júnior, pelo neurocirurgião Marconi Alves Rosa e pelo nefrologista Osvaldo Rabel Filho.

Aloizio Mercadante deixa o hospital

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que esteve internado no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, para tratamento de um quadro de retenção urinária provocado por uma inflamação na próstata, deixou o hospital no último sábado.

De acordo com informações da sua assessoria de imprensa, o parlamentar está em casa, em observação, tomando medicamentos. Ele deve permanecer em repouso por mais uma semana.

Voto de pesar pela morte de Binu

O senador Mão Santa (PMDB-PI) apresentou voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito das cidades piauienses de Matias Olímpio e São João do Arraial, Bernardo Araújo Rocha, conhecido como Binu.

Binu morreu no sábado, aos 92 anos, em São João do Arraial, onde morava.

Mão Santa destacou a preocupação de Binu e sua esposa com a educação da família e sua atenção especial para com os amigos.

– No meio político, ele é referência para todo homem público de bem, sendo lembrado pela célebre frase: "Continuo na política, com dinheiro ou sem dinheiro, servindo a todos que me procuram, especialmente aos menos favorecidos".

Brasília recebe nesta semana 130 parlamentares de países que compõem o G8+5 para discutir questões como desmatamento, créditos de carbono e biocombustíveis

Luciano Júnior/Flickr



As emissões de gases poluentes serão debatidas pelo evento que analisará o mundo após o Protocolo de Kyoto, que vence em 2012

Parlamentares discutem metas para reduzir poluição

Temas como desmatamento, créditos de carbono e biocombustíveis serão debatidos em Brasília por 130 legisladores dos países que compõem o G8+5, a partir de hoje. Os parlamentares reúnem-se no auditório do Itamaraty até sexta-feira, em mais uma etapa do Fórum de Mudanças Climáticas, que pela primeira vez é realizado em um país do Mais Cinco.

O objetivo é discutir o impacto dessas mudanças sobre o planeta e definir metas de redução das emissões de gases poluentes, a serem atingidas a partir de 2012, quando expira o Protocolo de Kyoto. Os

resultados serão apresentados aos chefes de Estado do G8, em sua reunião de cúpula, a ser realizada de 7 a 9 de julho, em Toyako, Japão. O fórum é uma iniciativa da Organização Global de Legisladores para um Ambiente Equilibrado (Globe) e reúne as oito nações mais desenvolvidas do mundo (Estados Unidos, Japão, Canadá, Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Rússia) mais os cinco principais países em desenvolvimento (China, Brasil, Índia, México e África do Sul).

O grupo de parlamentares brasileiros que participarão do evento

é coordenado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Compõem o grupo os senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Cícero Lucena (PSDB-PB) e os deputados Eduardo Gomes (PSDB-TO), Antonio Palocci (PT-SP) e Augusto Carvalho (PPS-DF). Também participarão do fórum o presidente Lula; a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia; líderes empresariais internacionais; representantes da sociedade civil e demais países do G8+5.

Frente contra o aborto promove encontro no Senado

O 1º Encontro Brasileiro de Legisladores e Governantes pela Vida ocorre amanhã, a partir das 9h, no Auditório Petrônio Portela, do Senado. Idealizada pela Frente Parlamentar em Defesa da Vida – Contra o Aborto, a reunião tem como objetivo “estabelecer uma articulação nacional e mobilização de lideranças políticas em defesa da vida desde a concepção”.

Na programação do encontro, está prevista a aprovação de um

manifesto político para ser entregue ao presidente da República e aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado.

O evento contará com a participação de dois legisladores internacionais: a presidente da Frente Mundial Parlamentar pela Vida, senadora argentina Liliana Negre, e o presidente do Grupo Parlamentar Pró-Vida da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos e assessor da Parliamen-

tary Network for Critical Issues (PNCI – Rede Parlamentar para Questões Críticas do Congresso Norte-Americano).

Estão também previstas as presenças do deputado Chris Smith, da ex-senadora Heloísa Helena e do deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP) – presidente da Comissão de Segurança Social e Família da Câmara e relator do projeto de lei sobre a descriminalização do aborto (PL 1.135/91).

Mário Couto pede esforço em favor dos direitos dos aposentados

Mário Couto (PSDB-PA) lamentou que um projeto de Paulo Paim (PT-RS) em prol dos aposentados esteja desde novembro aguardando relatório na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O PLS 58/03, que resgata o poder aquisitivo dos benefícios dos aposentados, já foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador disse que a situação dos aposentados é crítica, e que o último reajuste, de 3,3%, não foi suficiente para recompor o poder de compra dos benefícios.

Mário Couto leu mensagens enviadas a ele por e-mail, a maior parte relatando a situação de idosos que não conseguiram arcar com planos de saúde por causa do baixo valor das aposentadorias e faleceram por falta de assistência adequada.

– Isso é uma maldade, uma perversidade. Esqueceram os



Gerardo Magela

Mário Couto quer aprovação de proposta que resgata poder aquisitivo de benefícios

brasileiros que trabalharam a vida toda pelo país. Dêem cartões corporativos para essa gente que eles não vão gastar com farras – afirmou.

Em aparte, Paim informou que no dia 26, às 10h, será realizado um debate sobre os problemas dos aposentados durante sessão plenária especial em homenagem aos idosos.

Mão Santa critica política governamental para idosos

Mão Santa (PMDB-PI) citou frase de Juscelino Kubitschek para criticar a política governamental para a terceira idade: “Nada mais terrível do que, além da velhice, a pobreza. A velhice é uma tristeza; desamparada é uma tragédia”.

O senador criticou o presidente Lula – segundo ele, “uma pessoa generosa”, mas mal influenciada – por ter vetado o aumento das aposentadorias proposto pelo Congresso, de 16,7%, reduzindo-o a 4%. Mão Santa exemplificou a penúria dos idosos brasileiros apresentando carta enviada por um padrinho seu no Rotary Club – cujo nome não citou –, que se enforcou após não ter tido dinheiro para pagar a internação da esposa.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) destacou reportagem publicada na revista *Época* que, conforme o senador, coloca Mão Santa como “o político e o



Gerardo Magela

Mão Santa condena veto a aumento de aposentadorias proposto pelo Congresso

parlamentar mais conhecido e analisado no Brasil inteiro”. A revista, prosseguiu Simon, informa que Mão Santa recebe mais de mil correspondências diariamente de todo o Brasil.

Também em aparte, José Agripino (DEM-RN) propôs a união de todos os opositores para derrubarem “os vetos presidenciais injustos”.

Gerardo Magela



Cristovam: Mulholland deixou de investir no desenvolvimento científico do país

Cristovam diz que reitor da UnB cometeu “equivoco de prioridade”

Ao comentar o caso dos gastos elevados com a decoração do apartamento funcional do reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que, mesmo não tendo cometido ilegalidade, o reitor “incorreu em grave equivoco de prioridades” por deixar de aplicar dinheiro em áreas fundamentais

para o desenvolvimento científico e tecnológico do país e investir na melhoria de sua moradia.

Cristovam disse concordar com Mulholland de que não houve apropriação indébita, já que o dinheiro que saiu dos cofres públicos não foi para “o bolso do reitor”. Mesmo assim, ele avalia que “uma ofensa à ética nas prioridades é uma falta tão grave para

um dirigente público quanto ferir a legalidade no uso dos recursos públicos”.

O senador relatou conversa que teve com o reitor da UnB no fim de semana e salientou que o próprio Mulholland reconhece que foi um erro. Cristovam afirmou ainda que desvios muito mais significativos e frequentes ocorrem, por exemplo, em órgãos dos

Poderes Legislativo e Judiciário.

Cristovam observou que mesmo nos países europeus que têm reis como chefes de Estado, a sociedade funciona como se fosse uma República. “Já o Brasil, do ponto de vista social, é como se fosse uma monarquia das mais arcaicas, onde as elites se apropriam de todas as maneiras possíveis dos recursos públicos”, ressaltou.



Mozarildo quer novas regras para conselho e CPIs

Mozarildo contra politização no Conselho de Ética

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) quer alterar a composição do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e das comissões parlamentares de inquérito, minimizando a influência dos grandes partidos nesses colegiados. O Projeto de Resolução 35/07 – que, reclamou, tramita a “passos de tartaruga” – estabelece que cada líder partidário indicará um membro titular e outro suplente no Conselho de Ética, objetivando buscar “a neutralidade e a diminuição da politização daquele colegiado”.

Mozarildo informou que irá apresentar outro projeto alterando a composição das CPIs. Ao atribuir a indicação ao líder, acrescentou, ele quer a representação apenas de agremiações com mais de três senadores, que têm direito a uma liderança na Casa. Mas cada partido teria apenas um representante.

Limitação

Para Mozarildo, o modelo das CPIs não funciona sob as regras atuais.

– Politiza a investigação e politiza o julgamento. Não é cabível que o Conselho de Ética e as comissões de inquérito tenham composição com relação ao peso numérico dos partidos – afirmou, assinalando que a questão dos cartões corporativos “é muito séria” e, por isso, precisa ser investigada.

Pedido de investigação tem 189 assinaturas de deputados e 28 de senadores, que, contudo, podem ser retiradas antes da leitura do requerimento em Plenário

Requerimento que cria CPI dos Cartões pode ser lido amanhã

O requerimento do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) que cria a comissão parlamentar mista de inquérito dos cartões corporativos deverá ser lido em sessão conjunta do Congresso Nacional que poderá ser realizada amanhã. A sessão ainda não está oficializada, mas a previsão é de que ela ocorra.

De acordo com a secretária-geral da Mesa do Senado, Cláudia Lyra, nenhuma assinatura do requerimento foi retirada até a manhã de ontem. Pelas normas regimentais, os signatários podem retirar suas assinaturas até que a proposta para a criação da CPI seja lido em Plenário.

A secretária-geral informou ainda



Neuto de Conto deve presidir comissão mista, por indicação do PMDB

que as assinaturas do requerimento entregue na noite do último dia 14 foram conferidas. Há 189 assinaturas

Ideli reitera que comando cabe aos maiores partidos

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), afirmou, em entrevista à imprensa, que os cargos de presidente e relator da CPI dos Cartões Corporativos cabem, na sua avaliação, aos maiores partidos – portanto, ao PMDB e ao PT. Ressaltou, no entanto, que é necessário ouvir os líderes para uma decisão final a respeito. Ideli lembrou que durante o governo Fernando Henrique Cardoso não houve boa vontade por parte da liderança do governo no sentido de ceder espaço para a oposição nas CPIs em curso.

Indagada sobre a instalação de uma CPI somente no Senado para investigar o assunto, Ideli observou que partiu da oposição a proposta de criação de uma comissão mista, acrescentando que não há por que instalar uma CPI no Senado.

– Tivemos uma CPI do Apagão Aéreo aqui [no Senado] e outra lá [na Câmara] e deu no que deu. O ideal seria termos uma só – analisou a senadora.

Interesse

Na avaliação de Ideli, a oposição,

Agripino diz que oposição pode optar por CPI apenas no Senado

O líder do DEM, José Agripino (RN), apresentou ontem, em Plenário, uma questão à Mesa do Senado Federal: ele quer saber se, depois de instalada a comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) dos cartões corporativos – o que implicaria a indicação de um senador para relator ou presidente –, o mesmo fato determinado poderia ser objeto de investigação de uma CPI exclusiva do Senado, a ser instalada posteriormente, que teria senadores como relator e presidente. Agripino pediu resposta da Mesa até hoje, pois a CPMI deve ser instalada amanhã e, dependendo da resposta, a oposição optaria apenas por uma CPI exclusiva de senadores.

Agripino disse estar preocupado com o fato de a CPI vir a ter apenas parlamentares da base governista na presidência e na relatoria. Ele afirmou

que quer uma “CPI isenta”, seja ela mista ou não, o que dependerá, em sua opinião, de o governo ceder em dos cargos para a oposição. Em resposta, Papaléo Paes (PSDB-AP), que presidia os trabalhos, respondeu que a Constituição e o Regimento Interno do Senado são omissos em relação ao assunto. Papaléo pediu prazo até hoje para que a Mesa analise a questão “técnica e profundamente”.

Na interpretação de Agripino, o bloco da minoria (PSDB e DEM) tem o direito de indicar a presidência ou a relatoria, “para garantir o equilíbrio”.

– Defendo uma investigação isenta ou em CPMI ou em CPI, mas, acima de tudo, defendo um entendimento entre governo e oposição. Do contrário, vamos ter uma maioria governista investigando denúncias contra o go-

válidas de parlamentares da Câmara dos Deputados e 28 do Senado, mais do que o mínimo necessário – 171 deputados e 27 senadores.

Comando

Os dois partidos com maior bancada no Congresso já indicaram os dirigentes da comissão, que aguarda leitura no Congresso para poder ser instalada. O senador Neuto de Conto (PMDB-SC) deverá presidir a CPI e o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) deverá ser o relator da comissão. A oposição, no entanto, vem reivindicando um dos dois cargos e ameaça obstruir as votações no Senado caso não consiga uma vaga na direção da comissão de inquérito.

ao perceber a “desvantagem numérica” na CPI, está querendo voltar atrás, o que seria uma demonstração do “real interesse por trás do pedido de investigação, que não seria o de investigar, mas apenas de atrapalhar o governo”.

– Essa tarefa de delegacia de polícia do Congresso Nacional acaba se sobrepondo à tarefa legislativa – reclamou Ideli, ao assinalar que alguns parlamentares já pediram a criação de outras duas comissões parlamentares de inquérito.



Agripino espera até hoje resposta da Mesa do Senado a seu questionamento

verno que eles representam.

Logo depois, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ter assinado tanto o requerimento para criação da CPMI quanto o da CPI do Senado. Entretanto, ele disse que sua principal preocupação é o perigo de o Congresso ficar “novamente paralisado” devido às investigações e às disputas políticas. Valadares defendeu a investigação das denúncias de mau uso dos cartões corporativos, mas sem atrapalhar ou atrasar as votações.



Heráclito afirma que “o tempo perdido será compensado”

Heráclito nega acordo na CPI das ONGs

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) desmentiu notícias divulgadas ontem pela imprensa, relativas a um possível acordo entre os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais (CPI das ONGs) para poupar o governo federal de constrangimentos.

A comissão foi criada há cinco meses a requerimento do senador pelo Piauí e não aprovou nenhum pedido de quebra de sigilo, por exemplo, o que inviabilizou parte dos trabalhos, conforme denunciaram alguns veículos de comunicação.

Nova reunião

Heráclito disse ter estranhado as notícias, justamente após uma reunião informal da CPI na última quarta-feira, à qual compareceram, além dele, o presidente, senador Raimundo Colombo (DEM-SC), o senador Sibá Machado (PT-AC), e o relator, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), quando ficou acertada uma reunião para amanhã.

– Nesta próxima reunião estaremos tratando de matérias consensuais, mas temas polêmicos irão a debate. O tempo perdido será compensado e esperamos votar requerimentos a partir de quarta-feira (amanhã). O que posso dizer é que não sei a razão dessas notícias – ressaltou o parlamentar.



Suplicy comemora avaliação positiva do governo Lula em pesquisa de opinião

Suplicy analisa alterações na Lei de Licitações

Eduardo Suplicy (PT-SP) analisou as sugestões do substitutivo ao projeto de lei da Câmara que visa adequar as licitações e contratações governamentais às novas tecnologias da informação e atender aos princípios de transparência, economicidade, competitividade e celeridade (PLC 32/07). Entre as medidas previstas, destacam-se a obrigatoriedade do pregão para a aquisição de bens e serviços comuns – os quais passam a ter definição legal – e a permissão do uso de sistemas eletrônicos em todas as modalidades de licitação.

– Quanto mais a legislação estiver em compasso com os princípios diretores do processo licitatório, menor será o espaço deixado para administradores inescrupulosos ou empresas desonestas se favorecerem indevidamente, em detrimento do erário. Evidentemente, o problema da corrupção não se resolve apenas em nível legislativo, havendo necessidade de que as boas normas sejam efetivamente aplicadas – disse.

O senador comentou também o resultado favorável ao governo Lula de pesquisa de opinião CNT/Sensus, que apurou o mais alto nível de avaliação positiva desde a posse, em 2003. Suplicy atribuiu o resultado “ao sucesso da economia, à eficiência do Bolsa Família e à disposição de Lula em esclarecer assuntos polêmicos”, como o escândalo dos cartões corporativos.

Comissão pode decidir esta semana sobre o relatório do Orçamento, que, segundo José Maranhão, deve ser votado pelo Congresso no final do mês

Relator lista os projetos que devem ter corte de R\$ 12,2 bi

O relator-geral do projeto do Orçamento da União para 2008, deputado José Pimentel (PT-CE), pretende apresentar amanhã a lista dos projetos e programas que deverão sofrer cortes, no valor total de R\$ 12,26 bilhões, para compensar a perda de arrecadação provocada pelo fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Os cortes constarão do relatório final de Pimentel, a ser lido amanhã durante reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Na quinta-feira, os integrantes da CMO devem discutir e, se pos-



Mudanças a serem feitas pela CMO visam compensar perdas com o fim da CPMF

sível, votar o relatório, conforme previsão do presidente do colegiado, senador José Maranhão (PMDB-PB).

Por precaução, o senador já convocou reunião extraordinária da comissão para sexta-feira, visando encerrar a votação orçamentária, caso isso não ocorra na quinta. José Maranhão acredita

que o Congresso Nacional fará a votação final do projeto orçamentário na última semana de fevereiro.

Se não ocorrerem novos atrasos, o Congresso entregará ao Executivo o Orçamento da União de 2008 com um atraso de dois meses e meio. A extinção da CPMF, que reduziu as receitas federais em R\$ 39,3 bilhões, obrigou o Legislativo a adiar as votações que estavam programadas para a primeira quinzena de dezembro passado. Nesse período, o relator José Pimentel negociou os cortes com o Executivo e o Judiciário.

Mesquita Júnior propõe criação de ministério para a Amazônia

Ao comentar matéria publicada no jornal *Correio Braziliense* sobre operação da Polícia Federal na Amazônia e criticar a falta de um projeto nacional de desenvolvimento da área, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) propôs a criação de um ministério para tratar exclusivamente dos projetos voltados para aquela região do país.

Segundo Mesquita Júnior, a enorme diversidade de povos e regiões na Amazônia exige a criação de um órgão responsável pela formulação de políticas e projetos específicos de ocupação.

– Nós temos comunidades indígenas, seringueiros, catadores de castanha, pequenos produtores

rurais, áreas ocupadas pela pecuária, agroindústria, exploração de minério: a Amazônia é a diversidade – argumentou.

Em razão da existência no país de um número elevado de ministérios, Mesquita Júnior sugeriu a fusão de alguns deles para viabilizar a criação da pasta da Amazônia. Em sua opinião, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, por exemplo, poderia ser integrada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Secretaria Especial de Portos poderia ser colocada dentro da estrutura do Ministério dos Transportes.

O parlamentar, baseando-se em e-mail enviado por Benedito



Para Mesquita Júnior, diversidade da região exige um órgão específico

Pereira de Vasconcelos, criticou o Projeto de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) por viabilizar a entrega de 16 milhões de hectares da Floresta Amazônica para organizações ambientalistas estrangeiras. Em apertes, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Papaléo Paes (PSDB-AP) parabenizaram Mesquita Júnior pelo pronunciamento.



Escola de Cirurgia foi a primeira faculdade de Medicina do país, afirma Papaléo

Papaléo registra 200 anos do início do ensino de medicina

O aniversário de fundação da Faculdade de Medicina da Bahia, a primeira do Brasil, foi destacado ontem por Papaléo Paes (PSDB-AP). O senador homenageou a faculdade, implantada em Salvador em 18 de fevereiro de 1808, com o nome de Escola de Cirurgia.

Um dos frutos da vinda da família real para o Brasil, naquele mesmo ano, a escola foi inaugurada pelo próprio dom João VI no Real Hospital Militar da Bahia.

O primeiro curso, organizado pelo dr. Correia Picanço, “um dos médicos de destaque da corte portuguesa”, enfocava basicamente estudos de anatomia e da arte obstétrica. Em dezembro de 1815, a escola passou a denominar-se Academia Médica Cirúrgica e, em 1832, foi transformada em Faculdade de Medicina, narrou Papaléo.

Além de ressaltar o papel pioneiro da instituição, que foi a semente do saber médico no país, o senador observou que a faculdade esteve relacionada a importantes movimentos políticos e cívicos, como a Independência do Brasil, a Guerra do Paraguai, a Guerra de Canudos e a Sabinada, entre outros.

– Não falamos de 200 anos de história da faculdade, mas de 200 anos nos quais a instituição participa da história deste país – destacou.

Marisa Serrano teme que embargo europeu afete outros mercados da carne

Temendo que o embargo europeu à carne bovina brasileira afete outros mercados que hoje compram a produção nacional, Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou que o Itamaraty precisa agir na Organização Mundial do Comércio para evitar novos prejuízos.

A senadora ponderou que é difícil implantar no país o sis-

tema de rastreamento bovino exigido pela União Européia, por causa da extensão do território brasileiro.

– Num país onde nem todos os habitantes têm carteira de identidade ou certidão de nascimento, é muito complicado implantar um sistema que acompanhe os animais do nascimento à morte.

Marisa advertiu que seu estado,

Mato Grosso do Sul, não aceita o papel de “bode expiatório” do embargo europeu, e sugeriu que os governos estaduais se unam para encontrar uma solução conjunta.

A senadora cobrou do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a adoção de “parâmetros efetivos”, com exigências que possam ser atendidas.

Ela questionou a razão por que não foi implantado o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov). Marisa Serrano disse ter ouvido do ministro Reinhold Stephanes, no final de semana, que Mato Grosso do Sul não será prejudicado nas negociações para a retomada das exportações de carne à Europa.



Marisa sugere que governos estaduais se unam e busquem solução conjunta